

Veja

20/10/1976

Antes que o Sol apareça

No lusco-fusco da madrugada, numa praça sem nome, sem árvores, sem jeito de praça, na vila Ipiranga, de Ribeirão Preto (SP), eles chegam em silêncio e vão se acomodando nos bancos improvisados da carroceria de alguns caminhões desgastados. Os que não têm contrato de empreitada procuram o motorista ou empreiteiro que estiver por perto. "Me leva hoje, Zé Mineiro", pede um negro alto, forte, fumando um cigarro de palha, com uma enxada na mão. Chegou atrasado 5 minutos e perdeu o primeiro caminhão de diaristas. "É que a bóia só ficou pronta agora de pouco. Sem bóia também não dá, né, Zé Mineiro?" Mas Zé Mineiro não atende. "Esse aí não quer saber de nada. Vem um dia, falta quatro", resmunga, enquanto distribui ferramentas para os que não têm material de serviço. Chama o feitor, pergunta se já chegou todo mundo. Não. Então Zé Mineiro dá a chave do seu Volks: "Vá buscar a Tianinha e o Escuro lá embaixo". O feitor obedece. Dali a pouco a praça está deserta.

Enquanto a maior parte dos 258 000 habitantes da cidade ainda dorme, os bóias-frias vão executar o mais cansativo e perigoso trabalho braçal da agricultura: cortar cana. Uma atividade onerosa para os próprios bóias-frias. O chamado "folhão" (facão) custa 20 cruzeiros e dura dois meses, tempo de vida útil também da lima de afiar, de 40 cruzeiros. A indumentária das mulheres, numerosas nos canaviais, também é consumida em pouco tempo. O chapéu (8 cruzeiros) dura três meses. Os tênis Conga (20 cruzeiros) acabam em dois meses. E a cada dois meses também é preciso trocar a saia — as mulheres usam duas sobre a calça comprida.

Culpa da geada — É, semelhante pelo Brasil afora o cotidiano matinal dos bóias-frias. Em Cornélio Procopio (PR), às 4h30 da madrugada, a praça Brasil é inteiramente dos pardais, anunciando a alvorada com ensurdecadora cantoria, entre a folhagem de cedros e ipês. Nos pontos de táxi, nenhum carro, apenas um bar aberto na estação rodoviária. De repente, vindos de estreitas ruas transversais, eles começam a surgir e vão se agrupando num canto da praça, onde ocupam os bancos ou o coreto. Já houve tempo em que mais de 1 000 bóias-frias e reuniam na praça Brasil para ir à colheita dos cafezais. Agora juntam-se cinquenta, oitenta, uma centena no máximo. Ainda assim, alguns sobram. Dias atrás, entre os que sobraram estava o mineiro Sebastião Custódio, 51 anos, doze filhos, analfabeto, ex-trabalhador fixo de fazenda de café, sem carteira profissional. Por que sobrou? "Eu vim de enxada e os homens queriam que fosse enxadão e machado para fazer destoca." Nas duas semanas anteriores, ele havia trabalhado apenas três dias. Culpa da geada de julho de 1975 que matou os cafeeiros e provocou a dispensa imediata de 200 000 trabalhadores rurais, que foram se juntar aos 400 000 bóias-frias mais antigos do Paraná. Segundo cálculos oficiais, apenas 47 000 dos dispensados pela geada conseguiram novos empregos.

Logo após a geada, a tradicional peregrinação dos bóias-frias atrás das safras paranaenses assumiu contornos muito mais dramáticos. Imitando os retirantes da seca nordestina, eles passaram a estender suas viagens para além da fronteira estadual, rumando para São Paulo, Minas, Mato Grosso, Goiás. Esta inversão de fluxo migratório ainda é perceptível em estações ferroviárias, como a de Maringá. A composição "Paulistinha" — também conhecida como "trem dos bóias-frias" — parte diariamente às 16h45 para chegar 22 horas depois a Ourinhos (SP). Os vagões de segunda classe ainda vão quase sempre lotados por bóias-frias e suas tralhas, amarradas em sacos de aniagem espalhados nos corredores. "Eu vendo passagens para quarenta ou cinquenta famílias, todos os dias. É, gente que sai da região. O movimento de retorno mal chega a vinte famílias por dia", explica um vendedor de bilhetes do guichê da Fepasa em Ourinhos. Eles nem sempre procuram safras, às vezes pretendem conseguir um

emprego em construções ou fábricas de capitais. Esta opção é quase sempre tentada pelos jovens filhos dos bóias-frias, que vão reproduzir no meio urbano o mesmo contraste rural.

Eleitor desorientado — Há pouco, quando completou seus 18 anos, João Máximo Diniz deixou a casa paterna em Apucarana (PR) e foi tentar a sorte como servente de pedreiro em Curitiba. Dias atrás escreveu contando que já estava trabalhando e breve mandaria dinheiro. No barraco de 5 por 3 metros, coberto com plástico, seus sete irmãos, a mãe Olinda e o pai Sebastião Máximo Diniz ficaram animados com a idéia de ir também para a capital, onde João Máximo ganha 4 cruzeiros por hora. Aos 58 anos, o velho Diniz trabalhou duas décadas como meeiro de fazenda de café do norte do Paraná até virar bóia-fria, seis meses atrás. Nessa condição, obtendo trabalho dois ou três dias por semana, foi vendendo aos poucos "todos os trens necessários" que possuía dentro de casa, até mesmo "o fogão de gás que a gente tinha comprado não fazia tempo e duas camas". Semanas atrás, como todos os moradores do Jardim Bela Vista — a favela dos bóias-frias de Apucarana Diniz ganhou remédios do prefeito Antônio Luís Biachi, que foi lá pedir votos para os candidatos da Arena às eleições de novembro. Eleitor que supõe ter votado para presidente da República em 1974, Diniz simpatizou com o pedido do prefeito, pois acha "errado votar contra o governo". Mas vai para Curitiba convencido deque, "quem não tem terra, não tem carreira na roça".

A predominância de minifúndios é citada por técnicos como responsável pelo menor número de bóias-frias em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Concentrados nos canaviais do vale do Itajaí e no oeste, eles são 75 000 em Santa Catarina, classificados como assalariados temporários pelo INCRA. Em geral moram na zona rural, mas também constituem favelas urbanas, especialmente em Xanxerê e Chapecó, onde encontram trabalho garantido no corte da erva-mate, de maio a agosto. No Rio Grande do Sul, o maior número de bóias-frias se encontra na região conhecida como "depressão central", englobando dezenove municípios voltados para o arroz, a soja, o fumo, plantio e corte de pinheiros e acácias. Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), essa mão-de-obra temporária representa 13,71 % da população rural gaúcha de 3,2 milhões de pessoas.

"Juventude transviada" — No caso do arroz, cuja colheita é feita de preferência manualmente (a foice), o trabalhador se desloca de um município para outro atrás do pagamento mais compensador. Em Cachoeira do Sul, "a capital do arroz" de anos atrás, é costume antigo das granjas buscar os eficientes cortadores da pequena e um pouco distante (80 quilômetros) Santana da Boa Vista, mais conhecida como "Santaninha do Carrapato" por sua pobreza. Alojados em galpões, eles trabalham por empreitada e liquidam a safra no máximo em dois meses. Nas regiões mais próximas da fronteira com o Uruguai e a Argentina, onde predomina a pecuária, os trabalhadores rurais se defendem de várias maneiras: tosquiavam ovelhas, estendem cercas de arame, conduzem gado aos banhos sanitários — quase sempre trabalhando por empreitada. O avanço recente das grandes lavouras mecanizadas de soja e trigo ameaça aumentar a ociosidade da mão-de-obra.

Calcula-se que nos últimos dez anos 300 000 gaúchos emigraram para outros Estados. Segundo a Fetag, a cada ano, 37 500 pessoas deixam os campos. A coincidência das safras de arroz, milho, soja e outras culturas menores, no entanto, provoca freqüentemente um déficit de mão-de-obra, fenômeno comum em outras regiões. Em consequência, uma cooperativa de São Gabriel, a 306 quilômetros de Porto Alegre, costuma pedir a ajuda da guarnição militar local, que fornece soldados, pagos normalmente como operários. Fora da época de safra, reduzem-se os empregos. A socióloga Anita Brumer fala dos filhos dos colonos da região de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso: "Lá está acontecendo um fenômeno interessante: existe uma espécie de 'juventude transviada'. Há pouco, esses adolescentes ociosos e sem perspectiva destruíram os alimentos que seriam utilizados na merenda do grupo escolar de uma fazenda. Misturaram arroz, farinha, azeite e espalharam tudo pelo chão".

O funcionamento do sistema de trabalho por bóias-frias vem sofrendo algumas alterações ao longo do tempo. Os pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco, de Pernambuco, notaram que na Zona da Mata o trabalhador rural fixo mostra uma tendência a se transformarem volante. Fenômeno que se explica de duas maneiras. Por um lado, o trabalhador se diz mais livre como diarista, pois trabalha quando quer, "sem sujeição". Por outro, as usinas de cana pagam 18,12 cruzeiros por tonelada cortada pelo trabalhador fixo, oferecendo 20 cruzeiros aos volantes, mecanismo classificado pelo Instituto Joaquim Nabuco como "estímulo financeiro à clandestinidade" (os volantes de Pernambuco são conhecidos como "clandestinos", pela ausência de vínculos trabalhistas). Outra novidade nordestina resulta da escassez de mão-de-obra durante a colheita. Isto tem levado alguns fazendeiros a construir casas e oferecerem melhores condições aos que quiserem morar em suas terras. Dono do engenho Teimoso, em Nazaré da Mata, Paulo de Moreira Andrade Lima está oferecendo inclusive pequenos sítios como atrativo aos trabalhadores que necessita como fixos. "Para quem quiser vir eu darei, além do sítio, todos os direitos trabalhistas, inclusive com a assinatura da carteira", anuncia.

Saudosismo — Não é exatamente esse o sistema preferido por Álvaro Godoy, 63 anos, um dos pioneiros da colonização do norte paranaense, crítico da legislação trabalhista rural "criada por pessoas que não sabem se amendoim dá na flor da terra ou debaixo do chão" e saudoso dos tempos do colonato, "o mais justo e racional sistema de trabalho rural já havido no Brasil". Como era o colonato? Responde Godoy, dono de uma fazenda de 3 600 hectares a 15 minutos de Londrina: "Antes de tudo, o colono era nosso amigo. Ia casar a filha e chamava a gente para padrinho. Ficava doente alguém da família e a gente levava para o médico, pagava hospital. Depois, se o colono era bom, a gente riscava a dívida no fim do ano. Isto aqui era um sossego, o lavrador trabalhava em paz, era amigo do fazendeiro e podia crescer na vida".

Como teria acabado esse sistema chamado de "regime do rabo de tatu" pelo deputado Lázaro Dumont, licenciado da presidência da Fetaep? Fala Godoy: "Apareceu aquele deputado gaúcho do PTB, Fernando Ferrari, que nunca tinha visto um pé de café na vida, dizendo que os colonos trabalhavam em regime de escravidão, que não era para aceitar isso, que deviam exigir indenização dos fazendeiros e coisa e tal. Pouco depois apareceu o Estatuto do Trabalhador Rural e aí desorganizou a agricultura, bagunçou tudo. Apareceu um monte de advogadinhos com idéias malucas, dizendo para os colonos lascar ação em cima dos fazendeiros. Nós pagamos a primeira vez, mas só uma. É natural que ninguém mais queira complicação, nada de vínculo com os trabalhadores". Solução? "Modificar a legislação de trabalho rural, pois não se pode transplantar para o campo o mesmo modelo de legislação do trabalho urbano."

Firmas organizadas — O Estatuto do Trabalhador Rural não existe mais, foi substituído pela Lei 5889 de 8 de junho de 1973 que disciplina as normas de relação individual e coletiva de trabalho rural. Nela, porém, não se enquadra o volante, problema que tem sido resolvido com a tradicional criatividade brasileira. Empreiteiras de Serviços Agrícolas em Geral é o que consta nos documentos da firma registrada legalmente, em 1971, por Svandir José de Paiva, 42 anos, ex-agricultor, proprietário de três caminhões, arregimentador de bóias-frias em Ribeirão Preto. Seus atuais 190 empregados possuem carteira registrada (profissão: rurícola), salário semanal, folga remunerada aos domingos, com férias e 13º salário, e descontam INPS e Funrural, gozam de seguro contra acidentes e têm até a aposentadoria encaminhada.

Essa estabilidade, que em alguns casos já dura cinco anos, significa um custo bastante alto para os empregados: na mão do empreiteiro ficam 33% do pagamento realmente feito pelos usineiros ou fazendeiros. Situada acima da média de ganhos dos bóias-frias em geral — 30 cruzeiros —, a fêria diária dos rurícolas de Paiva chega a 50 cruzeiros no corte de cana, contratado a 75 cruzeiros por cabeça. Se garante os direitos trabalhistas dos volantes, o "desconto" explica naturalmente também a boa remuneração de Paiva, que diz faturar de 10

000 a 12 000 cruzeiros por mês, enquanto sua folha de pagamentos oscila hoje entre 60 000 e 70 000 cruzeiros mensais.

Nova profissão — Esse esquema é interessante para as usinas que preferem fazer acertos coletivos com empreiteiro sem vez de contratar individualmente os bóias-frias. Tanto que outras três firmas, além da de Paiva, já funcionam em Ribeirão Preto. Em outras cidades o mesmo processo está se estabelecendo. Assim, entre fazendeiros, empreiteiros e trabalhadores, floresce uma atividade intermediária: o feitor, uma espécie de fiscal do empreiteiro — um bóia-fria que subiu na vida.

Jair Roberto de Souza, 31 anos, cinco filhos, é feitor de Paiva e ganha 78cruzeiros por dia. Embora sua mulher Maria Helena trabalhe nos canaviais, onde ganha 300 semanais, o casal vive um pouco melhor que os bóias-frias vizinhos na Vila Ipiranga. Moram numa casinha de dois cômodos no quintal da casa do irmão de Souza. Orçamento: 1 000cruzeiros para alimentação, 180 de água, luz e gás, 200 de prestação de roupas e televisão, 105 para o INPS, nada de aluguel pela bondade do irmão. Privada de fossa. Aos sábados, após o banho de bacia, ele vai para os bailes tomar cerveja e dançar com as moças. Aos domingos, joga bola. Ela fica em casa entretida com o "Programa Sílvio Santos". Numa caderneta de poupança está sendo depositado dinheiro para comprar terreno e construir a casa própria — "o que mais desejo na vida", diz Souza, revelando a aspiração mais comum dos bóias-frias e assemelhados. Ele poderá realizá-lo, certamente, pois é feitor, embora sua atividade seja tão instável quanto a de seus subalternos. Sua pobre condição, tal como a dos bóias-frias, é tanto mais paradoxal por estar presente justamente na região agrícola mais fértil, mais dinâmica e mais rica do Brasil.

Arte

QUANTOS SÃO BÓIAS-FRIAS

REGIÃO	TOTAL DE TRABALHADORES RURAIS	ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS
Minas Gerais	2 503 000	1 807 000 (72%)
Paraná	1 612 000	796 000 (49%)
São Paulo	1 388 000	770 000 (55%)
Goiás	738 000	557 000 (75%)
Rio Grande do Sul	1 221 000	311000 (26%)
Pernambuco	504 000	237 000 (47%)
BRASIL	12 414 000	6 844 000 (55%)

Fonte: Estatísticas Cadastrais INCRA/ 1974

(Páginas 120, 121, 122, 125, 126, 128 e 130)